

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM PARA**

ALMOÇO ANUAL DOS IDOSOS DA FREGUESIA

**APOIO PARA AQUISIÇÃO/REPARAÇÃO DE MAQUINARIA E
EQUIPAMENTOS PARA A FREGUESIA**

**VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DOS
PARQUES INFANTIS NA FREGUESIA**

**TRANSFERÊNCIA DE VERBA REFERENTE AO ARRENDAMENTO
DO EDIFÍCIO DO TRIBUNAL, DE ACORDO COM ANTERIORMENTE
DELIBERADO**

Considerando que:

- O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o qual estabelece o Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina no artigo 117º do Anexo I à citada Lei, que as autarquias locais no âmbito da prossecução das suas atribuições podem recorrer à delegação de competências nos órgãos das freguesias;
- A concretização da delegação de competências opera-se através da celebração de contratos interadministrativos, previstos no artigo 120º do anexo I da mencionada lei, sendo nula outra forma de concretização de delegação de competências que não seja através dos referidos contratos;
- De acordo com o disposto no artigo 131º do diploma em referência, podem efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.

- Nos termos do disposto na alínea l) do nº1 do artigo 33º Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal discutir e preparar com as juntas de freguesia os contratos de delegação de competências e, conforme disposto na alínea m) da mesma disposição legal, submeter à assembleia municipal as propostas de celebração dos mencionados contratos, órgão ao qual compete a sua aprovação nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º da mesma lei.
- Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.
- A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos.
- Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;
- Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de co-responsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;

Entre:

Município de Almeirim, NIPC 501273433, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080-052 Almeirim, neste ato legalmente representado por Pedro Miguel César Ribeiro, solteiro, maior, natural de Almeirim, onde reside, que intervém neste ato na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, com competência própria que lhe é conferida pelas alíneas a) e c) do número 1 e alínea f) do número 2 do Artigo 35º do anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, adiante designado por Município ou **Primeiro Outorgante**;

E

A **Junta de Freguesia de Almeirim**, número de identificação de pessoa coletiva 506855082, com sede na Rua Bernardo Gonçalves, nº 54 em Almeirim, representada neste ato por Joaquim Manuel de Deus Catalão, portador do Bilhete de Identidade nº 6605746, válido até 07.09.2014, casado, natural de Lobão da Beira - Tondela, residente na Travessa do Pombal, nº 2 em Almeirim, que intervém neste ato na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do anexo I à Lei n.º 75/201, adiante designada por Junta de Freguesia ou como **Segunda Outorgante**;

é celebrado o presente contrato interadministrativo, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com artigo 131.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Almeirim na Junta de Freguesia de Almeirim, nas matérias descritas no título deste contrato.

Cláusula 2.^a

Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito e dele fazem parte integrante os respectivos anexos.

Cláusula 3.^a

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;

b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

a) O Código dos Contratos Públicos;

b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.^a

Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal de Almeirim, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 17.^a, 18.^a e 19.^a.

CAPITULO II

RECURSOS FINANCEIROS, PATRIMONIAIS E HUMANOS

Cláusula 5.^a

Recursos financeiros e modo de afetação

Os recursos financeiros destinados á execução do presente contrato são disponibilizados pelo Primeiro Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante até ao limite máximo anual, conforma mapa financeiro que constitui anexo a este contrato e dele faz parte integrante, após a recepção dos

respetivos autos de medição de trabalhos e em conformidade com a existência de fundos disponíveis.

Cláusula 6.^a

Recursos Patrimoniais e Modo de afetação

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pelo Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, nas seguintes condições:

- a) Apoio técnico à Segunda Outorgante, estando esta, obrigada a cumprir todas as orientações e normas técnicas constantes dos regulamentos e disposições legais, na execução dos trabalhos;
- b) Fornecimento em tempo útil dos meios necessários, desde que solicitados previamente pela Segunda Outorgante.

Cláusula 7.^a

Recursos Humanos e Modo de afetação

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pelo Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, sempre que esta atempadamente os solicite e está condicionada à verificação da disponibilidade de trabalhadores pela Câmara Municipal.

Cláusula 8.^a

Obrigações do Primeiro Outorgante

No âmbito do presente contrato, a Primeiro Outorgante, para além das obrigações que decorrem das clausulas anteriores, obriga-se ainda a:

- a) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- b) Aprovar os relatórios trimestrais e anuais de acompanhamento referente à execução das competências delegadas;
- c) Prestar apoio técnico à Segunda Outorgante.

Cláusula 9.^a

Obrigações da Segunda Outorgante

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Cumprir todas as orientações e normas legais, regulamentares e técnicas, aplicáveis às atividades de manutenção dos pavimentos rodoviários;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- c) Manter os equipamentos fornecidos pela Primeira Outorgante em boas condições;
- d) Entregar ao Primeiro Outorgante os relatórios a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 da cláusula 11.^a.

Cláusula 10.^a

Obrigações adicionais

Os representantes indicados por ambas as partes devem reunir-se mensalmente ou sempre que necessário.

Cláusula 11.^a

Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. Serão elaborados pela Segunda Outorgante os seguintes relatórios:

- a) Relatório trimestral, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pela Primeira Outorgante;
- b) Relatório de Avaliação Anual, que deve ser entregue até ao dia 10 de janeiro de cada ano.

2. Para efeitos de apresentação dos relatórios referidos na alínea da cláusula anterior, e para cada ano de vigência do contrato, os trimestres referem-se aos períodos abaixo indicados e devem ser entregues até ao 10º dia do mês seguinte àquele a que o trimestre disser respeito:

1º trimestre: 1 de janeiro a 31 de março;

Handwritten signature and initials.

- 2º trimestre: 1 de abril a 30 de junho;
3º trimestre: 1 de julho a 30 de setembro;
4º trimestre: 1 de outubro a 31 de dezembro.

Cláusula 12.^a

Verificação dos relatórios

1. Os relatórios referidos na alínea a) do n.º 1 da cláusula anterior que não sejam acompanhados dos respetivos documentos de despesa importam para a Segunda a restituição dos recursos financeiros disponibilizados pelo Primeiro Outorgante ou de parte destes.
2. Os relatórios a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação do Primeiro Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de dez dias úteis, contados da sua receção.
3. Sempre que a Segunda Outorgante se oponha à retificação prevista no número anterior, deve apresentar, nos cinco dias úteis subsequentes, reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração do Primeiro Outorgante, sob pena de se considerar aceite a retificação.

Cláusula 13.^a

Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar ao Primeiro Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objecto do presente contrato.

Cláusula 14.^a

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. O Primeiro Outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato realizando vistorias, efectuando inspeções, ou pedindo informações que considere necessárias.

2. As determinações do Primeiro Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser revisto ou modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A revisão ou modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 16.^a

Suspensão do contrato

A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente suspensão, com os seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

Cláusula 17.^a

Resolução do contrato

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 18.^a

Revogação

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 19.^a

Denúncia e Caducidade

1. O contrato caduca nos termos gerais, designadamente, pelo decurso do período de vigência de acordo com o disposto na cláusula 4.^a, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, salvo o disposto no número seguinte.
2. O contrato considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal de Almeirim, sem prejuízo dos outorgantes poderem promover a denúncia do mesmo, no prazo de seis meses após a instalação deste órgão municipal.
3. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

CAPÍTULO IV

COMPETÊNCIAS DELEGADAS

Cláusula 20.^a

Almoço anual dos idosos da Freguesia

Será competência da Junta de Freguesia, de acordo com quadro Anexo ao presente contrato, apoiar o almoço anual dos idosos, o qual já mantém uma longa tradição e era patrocinado pelo Município.

Cláusula 21.^a

Apoio para aquisição/reparação de maquinaria e equipamentos para a Freguesia

Considerando que era obrigação do Município apoiar financeiramente a Junta de Freguesia nas reparações de máquinas e/ou equipamentos propriedade desta, bem como em eventuais aquisições, em cumprimento da racionalização dos recursos disponíveis e de forma a não aumentar a despesa pública, será transferido anualmente a verba até ao limite previsto no Anexo I.

Cláusula 22.^a

Verificação das condições dos espaços e equipamentos dos parques infantis na Freguesia

1. A Junta de Freguesia de Almeirim deverá promover verificações mensais das condições dos espaços e equipamentos dos parques infantis instalados na freguesia.
2. Dessas verificações deverá ser elaborado um relatório, onde conste eventuais anomalias e/ou necessidades de correção, de forma a que possa ser cumprida a legislação em vigor.
3. O relatório deverá ser enviado ao Município até ao 6º dia do mês seguinte à respetiva verificação.

Cláusula 23.^a

Transferência de verba referente ao arrendamento do edifício do tribunal, de acordo com anteriormente deliberado

De acordo com anteriores deliberações tanto da Câmara Municipal como da Junta de Freguesia, continuará a ser transferida a verba referente à renda do Edifício onde funciona o Tribunal Judicial de Almeirim.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 24.^a

Comunicações e notificações

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas para os endereços eletrónicos de ambos os outorgantes.

Cláusula 25.^a

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 26.^a

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia 09 de julho de 2014.

Cláusula 27.^a

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Almeirim.

Cláusula 28.^a

Cabimento e compromisso

Os encargos resultantes deste Contrato interadministrativo serão satisfeitos através da dotação do orçamento do Município

1. Em cumprimento do disposto no artigo 8º, nº 3 da lei 8/2012, d 21 de fevereiro, foi emitido o documento de compromisso nº2014/2788;

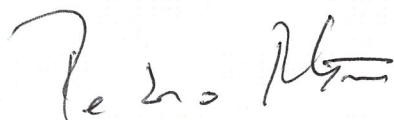
2. A autorização para a assunção de compromisso plurianual foi aprovada pela Assembleia Municipal de Almeirim, em reunião realizada no dia 30/06/2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 6º, nº 1, alínea c) da lei 8/2012, de 21 de fevereiro e 12º do decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho.

Parágrafo único:

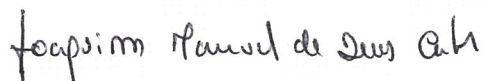
A minuta deste contrato interadministrativo foi presente à reunião da Câmara Municipal de Almeirim realizada em 16 de junho de 2014 e, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e submetida à sessão da Assembleia Municipal de Almeirim realizada em 30 de junho de 2014, para efeitos de autorização, no termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, e presente à reunião da Junta de Freguesia de 16 de junho de 2014, em conformidade com o disposto nas alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, e submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de 26 de junho de 2014, para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma legal.

Almeirim, aos 09 dias do mês de julho de 2014.

O Primeiro Outorgante,



A Segunda Outorgante,



ANEXO I
AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO
MUNICIPIO DE ALMEIRIM/JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM

	COMPONENTE	MENSAL	ANUAL	OBS:
a)	Apoio no Almoço Anual dos Idosos da Freguesia		Até 13.500,00 €	Considerando como limite o nº de 1.000 idosos a 13,50 € por pessoa
b)	Apoio para Aquisição/Reparação de Maquinaria e Equipamentos para a Freguesia		Até 15.000,00 €	
c)	Transferência de verba referente ao arrendamento do edifício do tribunal, de acordo com anteriormente deliberado	1.870,49 €	22.445,88 €	

7

